

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Adriana Ventura - NOVO/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO
(PL 733/2025)**

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA Nº , de 2025

Altera-se o § 2º do art. 41 do presente projeto de lei, com a redação a seguir:

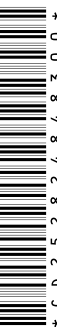
“Art. 42. A celebração do contrato de concessão ou de arrendamento e a expedição de autorização será precedida de consulta ao respectivo poder público municipal.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O texto original do art. 42 impõe que, antes da celebração de contratos de concessão, arrendamento ou expedição de autorização no setor portuário, haja consulta tanto à autoridade aduaneira (Receita Federal), quanto ao respectivo poder público municipal. Embora a participação dos municípios diretamente impactados seja legítima e desejável, **a exigência de anuência prévia da Receita Federal cria um ponto de veto administrativo que extrapola suas funções constitucionais e legais.**

Na prática, essa exigência **confere à autoridade aduaneira o poder de inviabilizar investimentos** essenciais à ampliação da infraestrutura portuária com base em critérios alheios à política de desenvolvimento do setor — como, por exemplo, a alegação de indisponibilidade de servidores para atuar na nova instalação. Isso representa uma **inversão de valores, em que o controle aduaneiro, ainda que relevante, passa a se sobrepor ao interesse público de fomentar investimentos, ampliar a capacidade logística e melhorar a competitividade do comércio exterior.**

A presente emenda preserva a consulta ao poder público municipal, assegurando a participação do ente federativo local nas decisões que impactam seu território, mas suprime a exigência de consulta à Receita Federal, garantindo



maior agilidade e previsibilidade nos processos de concessão e autorização. Essa medida reforça a segurança jurídica, evita entraves burocráticos desnecessários e mantém o foco no objetivo maior do projeto: promover a modernização e a eficiência do sistema portuário brasileiro.

Pelo exposto, submeto a presente emenda à consideração desta Comissão.

Deputada ADRIANA VENTURA
(NOVO/SP)

Apresentação: 12/08/2025 13:50:58.480 - PL073325
EMC 241/2025 PL073325 => PL 733/2025
EMC n.241/2025

